

**TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.722 - MT (2019/0042820-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**REQUERENTE** : FAZENDAS PAULISTAS REUNIDAS LTDA.  
**ADVOGADOS** : RAQUEL MANSANARO - SP271599  
RENAN FREDIANI TORRES PERES - SP296918  
ELAINE CRISTINA OGLIARI - MT009744  
FABIO DOS REIS LEITÃO E OUTRO(S) - SP374965  
**REQUERIDO** : ODAIR GELLER  
**REQUERIDO** : DAIANA TAISA PUHL GELLER  
**ADVOGADOS** : ABEL SGUAREZI - MT008347  
ÁLVARO DA CUNHA NETO - MT012069  
PRISCILLA CARVALHO DA CUNHA E OUTRO(S) - MT015893B  
MARIA CECILIA PRANDINE MOLEIRO - MT016711

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE ATACA ACÓRDÃO QUE REFORMA DECISÃO LIMINAR. SÚMULA 735/STF. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O PROVIMENTO JUDICIAL PROVISÓRIO. ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE APARENTE. JUÍZO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de requerimento de tutela provisória de urgência formulado por Fazendas Paulistas Reunidas Ltda. na qual pleiteia a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial que interpusera.

Depreende-se dos autos que Odair Geller e outra propuseram ação de interdito proibitório contra a requerente, obtendo o deferimento da antecipação da tutela pelo Juízo de primeiro grau. Contra esta decisão interlocutória, a requerente interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal local, que inicialmente deu provimento ao recurso, cassando assim a decisão interlocutória impugnada.

Contudo, após a oposição oportuna de embargos declaratórios, o Tribunal local reconheceu que os fatos narrados não se referiam à servidão de passagem, porque esta não era consensual, e que o instituto da servidão forçada dependeria intrinsecamente da inexistência de outra passagem, situação não confirmada nos autos. Por essa razão,

atribuiu-se efeitos infringentes aos aclaratórios.

Contra este acórdão, a requerente interpôs recurso especial, sustentando a violação dos arts. 1.285 do CC/2002 e 11, 489, 567 e 1.022 do CPC/2015, bem como a existência de dissídio jurisprudencial. Assevera não haver a existência de iminente turbacão, além de sustentar ter direito à passagem forçada, uma vez que seu imóvel é encravado na propriedade dos requeridos e que a outra estrada disponível não é adequada ao trânsito de caminhões e maquinários pesados necessários para a exploração da atividade agrícola a que se dedica.

Contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.390-1.438).

Na presente petição, insiste que não havia urgência para o deferimento da antecipação de tutela pelas instâncias ordinárias, bem como reprisa os fundamentos pelos quais entende lhe assir o direito à passagem forçada. Acrescenta que o impedimento da utilização da estrada *sub judice* prejudica o exercício da atividade agrícola que explora, razão pela qual deve ser concedido o efeito suspensivo almejado.

Brevemente relatado, decido.

O deferimento de tutela provisória para concessão de efeito suspensivo a recurso especial pressupõe a observância do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sempre a partir da ótica da probabilidade de êxito e utilidade do próprio recurso especial. Assim, o *periculum in mora* deve ser traduzido na urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar a ineficácia do pleito deduzido em juízo, enquanto o *fumus boni iuris* se reflete na viabilidade do pedido recursal.

No caso dos autos, verifica-se que o objeto do recurso especial é a própria decisão liminar, a qual se sustenta não apresentar os requisitos para deferimento do pedido de antecipação de tutela. Assim, em análise perfunctória, própria das decisões provisórias, não se verifica a viabilidade do recurso especial. Isso porque aferir o preenchimento dos requisitos para concessão de tutela antecipada demanda o reexame de fatos e provas, o que é obstado na estreita via especial (Súmula n. 7/STJ). .

Além disso, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

não se conhecer do recurso especial no tocante à alegação de contrariedade a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa, que, em liminar, é tratada apenas sob juízo precário de mera verossimilhança. Aplica-se ao recurso especial, por analogia, o óbice da Súmula 735 do STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".

Assim, nesse momento, não se vislumbra a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial.

Com esses fundamentos, indefiro o presente pedido de tutela provisória.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator